

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

ESTER BITENCOURT ZANETTE

**PROEJA: SINÔNIMO DE CONQUISTA NA E.M.E.F. GIÁCOMO
ZANETTE**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

ESTER BITENCOURT ZANETTE

**PROEJA: SINÔNIMO DE CONQUISTA NA E.M.E.F. GIÁCOMO
ZANETTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de licenciado no curso
de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof. Lucy Cristina Ostteto

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

ESTER BITENCOURT ZANETTE

PROEJA: SINÔNIMO DE CONQUISTA NA E.M.E.F. GIÁCOMO ZANETTE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Ambiente.

Criciúma, 08 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Lucy Cristina Ostteto - Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof. Everson Ney Hüttner Castro -Especialista - (UNESC)

Prof^a Mirozete Iolanda Volpato Hanoff - Especialista - (UNESC)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que em meio a tantos tropeços me levantou e me guiou. Dedico também aqueles que participaram do processo de construção deste trabalho, pelas suas colaborações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço intensamente ao meu Deus, meu protetor, orientador e, sobretudo, amigo. Agradeço por manter forte em mim a certeza desta conquista.

A minha família, principalmente meus pais: Maria da Glória e José, os agradeço imensamente, pela paciência, perseverança e confiança dada a mim. Pois sem eles nada disso teria se tornado realidade.

Agradeço ao meu noivo Leandro por muitas vezes ter cedido espaço para meus estudos e ainda assim continuar ao meu lado.

Aos meus professores e mestres meu agradecimento por terem participado de forma constante na minha formação, pois sem eles não haveria aprendizado, e sem aprendizado não haveria razão à educação.

Às minhas colegas, que depois de todos estes anos juntas nos tornamos amigas: Kétuli, Priscila, Estela, Grazielle, Aline e Franciele. Amo muito vocês.

E, sem esquecer, a toda a Coordenação do Curso de Pedagogia: Guiomar, Valkiria e Jadna e, ainda, a pessoa que esteve ao meu lado na construção deste trabalho, me orientando e auxiliando, minha professora e orientadora Lucy Cristina Ostteto, a vocês o meu muito obrigada.

“[...] O analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como foco a implantação do PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos) na E.M.E.F. Giácomo Zanette, no Município de Criciúma-SC. Tomou-se como objetivo de pesquisa: compreender como o PROEJA se constituiu historicamente na E.M.E.F. Giácomo Zanette. Elencaram-se alguns objetivos complementares, dos quais se destacam: identificar o que levou a implantação do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, conhecer a proposta pedagógica do projeto vinculado ao programa na instituição. Teve-se como sujeitos de pesquisa, uma pessoa envolvida no projeto precursor do PROEJA nesta instituição, alunos constituintes da primeira turma do PROEJA na instituição, a primeira professora e a diretora na época em questão (2008). Para a realização da pesquisa se fez levantamento bibliográfico como fundamentação teórica para o tema e uma pesquisa de campo descritiva. Como instrumento para a coleta de dados utilizou-se questionários, aplicando-os aos sujeitos apresentados acima. Como resultados obtidos, percebe-se a singularidade na efetivação da primeira turma do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, pois é fruto de uma reivindicação da própria comunidade, que surgiu de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelos cursos de História, Psicologia e Pedagogia da UNESC, por meio de uma pesquisa-ação. E, sua continuidade deu-se por meio da Prefeitura de Criciúma. A proposta pedagógica utilizada foi vinculada à vida dos educandos, seus anseios e necessidades. Assim, se deu numa concepção histórica e social da educação. Para aqueles que já frequentaram e frequentam as aulas do PROEJA, este programa é como sinônimo de conquista, literalmente, pois é perceptível a estes sujeitos, seus progressos cognitivos. Além de seus conhecimentos, constitui-se uma oportunidade de estarem juntos de outros como eles, e ver-lhes progredir também. Considera-se que este programa deva ser ampliado, por meio de uma aproximação maior entre escola e comunidade para que esta significação de conquista seja vivenciada por muitos outros e, que a cidadania por meio da educação seja uma conquista de todos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. Escola Municipal de Ensino Fundamental Giácomo Zanette.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASC – Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma;
AID – Agency for International Development;
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos;
CEI – Centro Educacional Infantil;
CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo;
CNER – Campanha Nacional de Educação Rural;
CPC – Centros Populares de Cultura;
EJA – Educação de Jovens e Adultos;
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
MCP – Movimentos de Cultura Popular;
MEB – Movimento de Educação de Base;
MEC – Ministério da Educação;
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização;
PAS – Programa de Alfabetização Solidária;
PBA – Programa Brasil Alfabetizado;
PCN – Proposta Curricular Nacional;
PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina;
PEI – Programa de Educação Integrada;
PNA – Programa Nacional de Alfabetização;
PPAC – Projeto de Pesquisa Ação Comunitária;
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos;
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
USAID – Agência Americana de Desenvolvimento Internacional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E A FUNÇÃO SOCIAL ATRIBUÍDA A CADA PERÍODO	11
2.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil colonial.....	11
2.2 Educação de Jovens e Adultos no Brasil imperial.....	12
2.3 Educação de Jovens e Adultos na 1ª República do Brasil.....	13
2.4 Educação de Jovens e Adultos na 2ª República do Brasil.....	14
2.4.1 Era Vargas.....	14
2.4.2 Pós-Vargas – A Redemocratização	16
2.4.3 Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos	17
2.5 Educação de Jovens e Adultos no Regime Militar.....	21
2.5.1 Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral.....	22
2.6 Educação de Jovens e Adultos na Nova República.....	24
3 PROEJA, LEGISLAÇÕES ATUAIS E PROPOSTAS CURRICULARES	27
3.1 Proeja em Criciúma.....	27
3.2 Legislações Atuais e Propostas Curriculares Municipais, Estaduais e Nacionais	29
4 METODOLOGIA	34
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
5.1 O Bairro Santo Antônio.....	37
5.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Giácomo Zanette.....	39
5.3 Projeto PPAC	40
5.4 Implantação do Proeja via Depoimentos da Professora e Diretora	43
5.5 Implantação do Proeja via Depoimentos dos Alunos Egressos	45
6 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE.....	57

1 INTRODUÇÃO

Durante o curso de Pedagogia, discuti-se vários conceitos, teorias, construíu-se muitos conhecimentos. Estes conhecimentos construídos são frutos das discussões, das leituras, das aulas expositivas, sobretudo, dos estágios realizados durante o curso. Foi um dos estágios que incentivou a proposta desta pesquisa: o estágio na modalidade de ensino de Jovens e Adultos.

Neste estágio se percebeu que aqueles que lá frequentavam, o faziam por uma necessidade maior e não apenas por gosto de querer aprender a ler e escrever. Isto proporcionou a reflexão sobre a implantação desta modalidade de ensino na instituição à qual foi realizado o estágio.

Esta escolha também se deu pelo fato de residir na comunidade onde se localiza a escola em questão. A comunidade aqui referida se localiza no bairro Santo Antônio, Criciúma/SC, e a instituição é denominada E.M.E.F. Giácomo Zanette.

Assim, o problema da pesquisa foi construído: como o PROEJA se constituiu historicamente na E.M.E.F. Giácomo Zanette? Para responder a este problema lançou-se mão de objetivo geral:

- Conhecer como se constituiu historicamente o PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, percebendo a sua singularidade.

Como forma de especificar ainda mais a pesquisa são lançados outros objetivos, complementares e imprescindíveis para este estudo, os quais são:

- Conceituar Educação de Jovens e Adultos – EJA – compreendendo sua função social;
- Entender como o Proeja foi adotado pela Secretaria de Educação do Município de Criciúma;
- Conhecer a proposta de ensino do Proeja no município;
- Identificar o que levou a implantação do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette;
- Conhecer a proposta pedagógica do projeto vinculada ao programa de ensino Proeja da E.M.E.F. Giácomo Zanette.

Em busca de TCCs já produzidos no Curso de Pedagogia, encontrou-se duas produções do ano de 2008, que tinham como objeto de pesquisa o PROEJA, porém um deles focava a metodologia utilizada nas salas de aulas e o outro focava a

avaliação no Proeja, ou seja, nenhum deles foi desenvolvido numa perspectiva histórica.

Desta forma, este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo: Introdução, apresenta o trabalho, problema e objetivos, e outros itens introdutórios.

O segundo capítulo: A EJA no Brasil e a função social atribuída a cada período, aborda o processo histórico da educação de jovens e adultos desde o Brasil Colônia, perpassando o Brasil Imperial, 1ª e 2ª República, o Regime Militar, até a nova República ou Pós-Regime. Concomitante, serão levantadas as concepções e a função social atribuídas a cada período de educação de jovens e adultos, desde a atribuição de significância aos analfabetos da camada popular brasileira até as ações de mudanças, propostas pelos movimentos mais marcantes para a, hoje, modalidade de ensino: EJA.

Para isso são usados autores como: Haddad e Pierro (2000), Soraes e Galvão (2005), Paulo Freire (1980), (2001), e outros.

O terceiro capítulo: Proeja, legislações atuais e propostas curriculares, aborda como este mesmo programa foi adotado no Município de Criciúma e a função social atribuída ao mesmo. A quem é destinada a educação por este programa e qual a proposta pedagógica utilizada pelo mesmo. Ainda aborda as legislações municipais, estaduais e nacionais que regularizam toda a EJA.

Para fundamentar este capítulo se faz uso dos documentos legais regulamentadores do Proeja e a lei organizacional pedagógica municipal de 2008, estaduais de 1998 e 2005 e nacionais de 1996 e 2001, que fundamentam a EJA.

O quarto capítulo: Metodologia, apresenta como foi a realização da pesquisa, o tipo de pesquisa e os sujeitos participantes da mesma.

O quinto capítulo: Análise de Dados, aborda a contextualização da comunidade local da E.M.E.F. Giácomo Zanette, a história da própria instituição, o projeto precursor do Proeja, o processo de formação das primeiras turmas do programa, e ainda muito importante, os depoimentos da professora e da diretora envolvidas neste processo e de dois alunos (as) constituintes da primeira turma de alfabetização.

Para a contextualização da comunidade local e da instituição, faz-se uso da obra de Costa (2000).

Conta ainda com a conclusão e as referências.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E A FUNÇÃO SOCIAL ATRIBUÍDA A CADA PERÍODO

Sabe-se hoje que para ingressar no mercado de trabalho, é exigida uma educação escolar de pelo menos nove anos, do 1º ao 9º ano (nova nomenclatura) do ensino fundamental. Sendo este, também, um direito de cada cidadão brasileiro, visando à plenitude do desenvolvimento da pessoa, preparando-a para exercício da cidadania e qualificação trabalhista-profissional. (BRASIL, 2010, Art. 2º).

Também é visível a desigualdade existente entre as camadas civis brasileiras, decorrentes da desigualdade nas ofertas e também interesses dos brasileiros, quando se fala em educação. Isso, portanto, contrapõe a norma constitucional federativa. Contudo, a camada que mais tem sofrido, e que mais sofreu com tanta diferença, é a camada popular.

Neste capítulo será abordado o processo histórico da educação de jovens e adultos desde o Brasil Colônia, perpassando o Brasil Imperial, 1ª e 2ª República, o Regime Militar, até a nova República ou Pós-Regime. Concomitante, serão levantadas as concepções e a função social atribuídas a cada período de educação de jovens e adultos, desde a atribuição de significância aos analfabetos da camada popular brasileira até as ações de mudanças, propostas pelos movimentos mais marcantes para a, hoje, modalidade de ensino: EJA.

2.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil colonial

É desde o Brasil colônia, pós-descoberta, que já se houve falar em educação para a alfabetização de adultos. Nessa época, séc. XVI, o interesse dos monopólios do poder, era somente para uso abusivo, escravo, da força das camadas populares, começando com os índios e depois com os negros. (HADDAD; PIERRO, 2000).

O uso da educação resumia sua função a simples adestramento, ensinando a estes, índios e negros, como se “comportar” civilizadamente e a

obedecer sem contrariar, também “visualizava-se a formação de uma nova geração – católica – [...]”. (SORAES; GALVÃO, 2005, p. 259).

A instrução educativa de alfabetização para a camada popular adulta era exercida, no Brasil colônia, pelos jesuítas. Estes eram padres membros de uma companhia católica criada para expansão do catolicismo romano, via educação: Companhia de Jesus. Daí o nome ‘jesuítas’.

Com o passar do tempo, separa-se então educação escolarizada da catequização. Deixando a catequização aos índios e também aos negros cujos donos permitissem e, a instrução escolar aos filhos de colonos. Abandona-se, em grande escala, a educação de adultos e quando, em 1759, os jesuítas são expulsos do Brasil, abandona-se por completo a educação de adultos para a camada popular. (HADDAD; PIERRO, 2000).

2.2 Educação de Jovens e Adultos no Brasil imperial

O Império é contextualizado historicamente como o período de 1822 a 1889. Neste mesmo espaço de tempo, o mundo sente as transformações decorrentes da Revolução Industrial, iniciada pela Inglaterra ainda no século XVIII. Em 1822, D. Pedro I proclama a independência do Brasil.

D. Pedro I estabelece a Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Este tão importante documento abriu caminho para a construção de uma educação para “todos”, porém em termos criteriosos, pois o inciso XXXII do Art.º 129 da mesma dá o direito de “[...] Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”. (BRAZIL, 1824).

Porém, negros não eram considerados cidadãos e, as mulheres também eram desprovidas de educação escolar. Mesmo com esta determinação, faltava oferta de ensino, instituições.

De acordo com Haddad e Pierro (2000), em 1834 com o Ato Adicional, divide-se para Império o ensino superior e para Províncias a educação primária e secundária. Até aqui não se colocava em dúvida a capacidade do analfabeto.

A função social da educação para adultos neste período, segundo Soares e Galvão (2005, p. 260), tinha como “uma de suas finalidades a ‘civilização’ das

camadas populares consideradas, principalmente as urbanas, no século XIX, como perigosas e degeneradas”.

2.3 Educação de Jovens e Adultos na 1ª República do Brasil

A 1ª República Brasileira é constituída em golpe militar, sendo considerada no período de 1889 a 1930. Em 1891, em Assembléia Constituinte, foi elaborada a Primeira Constituição da República Brasileira: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891.

Esta Constituição, por se referir a um governo representativo (BRASIL, 1891), limita o poder de voto aos alfabetizados, que neste período eram apenas 28% de toda a população brasileira.

O Brasil nesse contexto passava por uma série de modificações. A busca pelo progresso abriu espaços para discussões sobre a educação para desanalfabetizar o povo brasileiro, que era de um número maior que 60% da população. Pois em vista dos países desenvolvidos o Brasil estava numa situação vergonhosa.

Surgiram dois movimentos ideológicos educacionais durante a Primeira República: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. Estes movimentos trouxeram muitas discussões sobre a importância do investimento na educação. O primeiro movimento (ascensão na dec. 10 e 20, séc. XX) destaca-se na preocupação com a questão quantitativa, trazendo a ideia de números e percentuais e, como remédio para o surto de analfabetismo, a construção de escolas, centros educacionais, etc. E, o segundo movimento (anos 20 e 30, séc. XX), preocupa-se com a qualidade do ensino, fala-se na otimização, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas, passando a entender que se pensava em metodologias, propostas, as quais trouxessem qualidade ao ensino brasileiro. (GUIRALDELLI JUNIOR, 1992).

Percebe-se que a educação aqui requerida, era carregada de uma função hostil ao povo, mas valiosíssima à burguesia industrial, pois o desenvolvimento de indústrias avançava, e a mão de obra não estava qualificada ao trabalho industrial.

Começam frequentes discussões e pensamentos sobre a educação de jovens e adultos, para transformar o cenário da educação brasileira.

2.4 Educação de Jovens e Adultos na 2ª República do Brasil

A Segunda República Brasileira se caracteriza no seu âmbito político por dois momentos: a Era Vargas e a Pós Vargas. No primeiro momento são criadas políticas educacionais para a organização do ensino em termos nacionais. Já no segundo momento cria-se uma das mais importantes políticas dirigentes da educação nacional: a primeira LDB, e além desta, surge pela pessoa de Paulo Freire um novo método de alfabetização para adultos, revolucionando as propostas pedagógicas para esta população.

2.4.1 Era Vargas

Um novo golpe de junta militar é dado e Getúlio Vargas toma o poder da Presidência, como presidente provisório. O governo de Getúlio, durante os 15 anos que ficou na presidência, apresentou gestões contraditórias. Sendo dividido em dois momentos: Governo Constitucional - democrático (1934-1937) e Estado Novo - ditatorial (1937-1945).

Como presidente provisório, Getúlio funda a Cruzada Nacional de Educação (DECRETO N.º 21.731, 1932), voltada para a educação de jovens e adultos. Considerava esta, como uma “solução de todos os problemas político-sociais da respectiva nacionalidade”.

Neste primeiro momento de Vargas, são levantadas várias discussões, pensando na qualificação da educação, pensa-se em leis dirigentes organizacionais e numa política nacional de Educação. (PAIVA, 2003).

Em 1934, é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL) que coloca a cargo da União a responsabilidade de elaboração de diretrizes para a educação nacional e ainda oferece ensino primário gratuito

extensivo aos adultos. (BRASIL, 1934, Art. 150, PU a). O que levou a isso foi o fato de o Brasil possuir um dos maiores índices de analfabetismo: uma taxa de aproximadamente 57% de cidadãos analfabetos.

Outra política educacional estabelecida foi a obrigação, por parte da União aos Estados e Municípios, de investimento na educação, principalmente na educação de jovens e adultos, com o objetivo de desfazer a imagem ruim que apontava para o Brasil.

Próximo a uma nova eleição presidencial, o governo de Getúlio decreta uma nova Constituição, aplicando novo golpe. Inicia a Ditadura Vargas – Estado Novo (1937-1945). Nesta nova Constituição (1937) o poder de autonomia dos Estados é extinto sendo agora o poder executivo nacional o preponderante em toda a União.

Tratando de questões educacionais para jovens e adultos, neste período histórico de Getúlio, estabelece-se movimentos e práticas educativas para a alfabetização popular.

A educação aqui oferecida era de caráter funcional, sem aspectos de conscientização, porém ainda assim, esses movimentos e práticas educativas, podem ser considerados como um avanço na educação popular brasileira.

Haddad e Pierro (2000, p.110-111) complementam dizendo que

Com a criação em 1938 do INEP-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – e através de seus estudos e pesquisas, instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário. Através dos seus recursos, o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos.

A partir daí pode-se então finalmente ver as aplicações financeiras na educação surgirem efeito. Outras entidades criadas no Estado Novo foram: SENAI (1942), criado para formar mão de obra para o tão crescente mercado industrial e o SENAC (1946), destinado à preparação e formação de trabalhadores para o comércio.

Porém, segundo Soares e Galvão (2005, p. 265), “[...] poucas iniciativas foram tomadas em relação à difusão da alfabetização de adultos”, pois todas as

medidas tomadas tiveram como função social a formação de mão de obra, via educação profissional.

2.4.2 Pós-Vargas – A Redemocratização

Cai o governo Getúlio Vargas em 1945, e constitui-se novamente uma república democrática, na qual Gaspar Dutra é eleito novo Presidente da República Brasileira, via eleição pública. Dutra elabora uma nova Constituição, a 5ª desde o Império Brasileiro, e ainda proíbe o voto de analfabetos.

Em 1947 é criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), promovida pelo MEC.

A campanha possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade). O objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. (LOPES; SOUZA, 2005, p. 4).

Por ser de cobrança internacional, e de interesse político, além da preocupação com a formação de trabalhadores capacitados, havia também a preocupação com a formação de eleitores, cidadãos habilitados ao voto eleitoral e preocupação com a adequação aos padrões internacionais de desenvolvimento.

Segundo Lopes e Souza (2005) após esta campanha outras surgiram, tais como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que “caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro”. E a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que

[...] marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida. (LOPES; SOUZA, 2005, p. 5).

Todas as campanhas aqui mencionadas se extinguíram com o passar do tempo, devido “[...] às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua

organização pedagógica”. E, se tratando do aprendizado oferecido, este era de “[...] caráter superficial [...]” e seu método era inadequado “[...] para a população adulta e para as diferentes regiões do país”. (RIBEIRO, 1997, p. 22).

Em 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a Lei N.º 4.024 (BRASIL, 1961), que conforme o Art. 27 diz “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos [...]. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”. Percebe-se a oferta de educação a jovens e adultos via ensino supletivo. Outro artigo que assegura, ainda mais, essa oferta regulamentada é o Art. 31, o qual regulamenta que “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses”.

Neste mesmo período (déc. 60), surgem novas concepções de trabalho para a educação de jovens e adultos baseadas nas ideologias de educação de Paulo Freire, contrapondo as ações já realizadas para a alfabetização de adultos. Freire propunha que os cursos ofertados deveriam se basear na própria realidade dos alunos, fazendo destes, sujeitos da aprendizagem e não objetos dela. (SOARES; GALVÃO, 2005).

2.4.3 Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos

Paulo Freire nasce em 1921, neste mesmo período a educação para adultos no Brasil vive em busca de soluções para o grande índice de analfabetismo. É um momento de euforia e preocupação, muitas tentativas, fracassos e alguns acertos. Porém o cenário político dificultava este desenvolvimento.

Nos anos 60, um grande movimento educacional toma espaço no que diz respeito a programas de educação com metodologias adequadas e direcionadas especificamente para a alfabetização de adultos.

Pernambuco se torna um dos municípios mais engajados aos movimentos de alfabetização conscientizadores, pois é daí que surge um novo pensar para a alfabetização, diferente dos demais. Este novo modo ou método de alfabetização

tem como precursor Paulo Freire, que por causa disto fica conhecido em vários países, tendo seu método aplicado também em alguns deles.

É importante fazer menção a Paulo Freire, pois foi ele quem pensou educação de adultos como uma conquista política, social e cultural, importantíssima para a camada popular brasileira. O “método” de alfabetização proposto por Freire possibilitava à camada popular brasileira uma reflexão geral de vida, propiciando assim mudanças no quadro situacional da população.

Em contraposição aos métodos utilizados nos movimentos anteriores de erradicação do analfabetismo para a população adulta, método tradicional – o mesmo utilizado na alfabetização de crianças – Paulo Freire propõe um novo método.

Ele propôs uma educação não só para aprender a ler e escrever, mas uma educação para aprender a ler o mundo. Formar cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres, capazes de reivindicar aquilo que lhes é por direito.

Dentro desta perspectiva de educação

[...] a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. Finalmente, foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 113).

Todas estas considerações remetem a um termo também vinculado ao pensamento de Freire: a conscientização. É a partir desta que é possível ao homem aprender se fazendo sujeito da sua aprendizagem, e vice-versa.

Freire (1980, p. 29) diz que conscientização é “tomar posse da realidade [...] é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”.

O Método Paulo Freire acontece por etapas, aproveitando ao máximo cada uma, para que a próxima tenha um fundamento seguro e sustentável.

A primeira etapa, ou como diz Freire (1980, p. 42), a primeira fase é a “**descoberta do universo vocabular**” do grupo popular de estudo. Neste, em meio a diálogos com o grupo, retém-se “as palavras mais carregadas de sentido existencial”, isto é, de sentimentos, significados, também, retém-se as “formas de

falar particulares, palavras ligadas à experiência do grupo, especialmente à experiência profissional”.

Deste diagnóstico inicial, é possível o educador perceber o que mais seria importante discutir com aquele grupo, de forma a abordar o complexo interesse expressado pelos aprendizes.

Depois de ter feito o levantamento, e selecionado as palavras mais significantes, faz-se a escolha das “**palavras geradoras**”. Estas são as palavras que geram discussão, pensamento, conversa.

A escolha é feita de acordo com alguns critérios: o da riqueza silábica, o das dificuldades fonéticas e o do conteúdo pragmático da palavra. O primeiro critério diz respeito à palavras que possuam mais de uma sílaba, e que estas preferencialmente sejam diversificadas. O segundo critério se refere as diferenças fonéticas, falas semelhantes porém escritas diferente. E, o terceiro critério diz respeito ao compromisso da palavra com a realidade social, cultural e política. Este último é o que representa a essência do método Paulo Freire: a relação do estudo com a realidade do grupo. (FREIRE, 1980).

Escolhidas as palavras geradoras, criam-se **situações sociológicas**. Estas situações são discussões sobre as palavras geradoras, elas desencadeiam uma reflexão crítica, levando os educandos a se conscientizarem para assim se alfabetizarem, pois para Freire só é possível ocorrer a alfabetização crítica se houver conscientização. (FREIRE, 2001).

Feita a discussão e a conscientização social e política das palavras geradoras – que podem se remeterem a âmbito local, regional, nacional e global – elabora-se as **fixas auxiliares**. Estas são como cartazes, contendo inicialmente a palavra e o objeto que ela representa, somente para visualização, fazendo relação da significação levantada anteriormente com a projeção gráfica da palavra.

Após esta fixa, apresenta-se outra sem a projeção figurativa da palavra. Logo, visualiza-se outra fixa com a palavra geradora organizada de forma silábica, partindo para o reconhecimento das famílias fonéticas.

Desta fixa, estudam-se as famílias fonéticas isoladamente, as identificando tanto nas palavras geradoras, quanto em outras palavras que as contenham. A partir deste momento começa o que Paulo Freire (1980, p. 44) chama de “**os atos concretos de alfabetização**”, nos Círculos de Cultura.

Desta maneira, “Apropriando-se criticamente e não mecanicamente – o que não seria uma apropriação – deste mecanismo, o adulto inicia a formação rápida do seu próprio sistema de sinais gráficos”. (FREIRE, 2001, p. 76).

Esta proposta de Paulo Freire pode ser chamada de educação problematizadora ou crítica, que se fundamenta na ação seguida da reflexão sobre a realidade. Considerando o homem como ser inacabado, assim como a realidade que também é inacabada. Porém não são os educadores – que Freire chama de orientadores – que devem ter essa visão, mas os próprios indivíduos em processo de alfabetização devem se perceber como sujeitos incompletos, conscientizando-se de que a educação é algo também humano, para responder a incompletude humana.

Para isso, Freire (1980, p. 85), identificando o alfabetizando como o ser oprimido e, o ato de se alfabetizar criticamente como libertação e como sinônimo de poder político, diz que “A convicção dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é um presente dos líderes revolucionários, mas o resultado de sua própria conscientização”.

Do Método Paulo Freire, é válido dizer que a função conscientizadora, tão importante, realizada na alfabetização de adultos com tanta profundidade, foi de fácil acesso aos cidadãos analfabetos, pois sua manutenção era de baixo custo.

Dos programas de alfabetização que seguiram o pensamento de Paulo Freire, e que serviram de pressupostos para a organização hoje existente na educação de jovens e adultos, foram: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), Centros Populares de Cultura (CPC), Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), também conhecido como Plano Nacional de Alfabetização. (HADDAD; PIERRO, 2000).

Destes programas o PNA foi o que se deu em âmbito nacional, utilizando como metodologia pedagógica de alfabetização o Método Paulo Freire. Este método foi “consagrado” na história da educação brasileira, pela formação que propunha e por ser um dos mais eficazes métodos de alfabetização de adultos.

Percebe-se aqui, um ensino valorizador e respeitador aos jovens e adultos da camada popular, que antes eram vistos e concebidos como marginais, figuras desprezíveis da imagem nacional. Estes agora são vistos como portadores de cultura e saber, ainda que somente pela ótica dos educadores.

Todos estes Movimentos de Cultura Popular objetivavam estabelecer uma relação direta com o povo, fazê-lo discutir e refletir sobre a sociedade da qual participavam. Embora ainda não tivessem direito a voto, esses movimentos tinham como maior objetivo conscientizar a população analfabeta, principalmente enquanto aspecto de consciência política e social. A educação aqui tinha como função social a formação de sujeitos conscientes, capazes de refletir e problematizar o mundo, e ainda formadores de conceitos e conhecimentos.

2.5 Educação de Jovens e Adultos no Regime Militar

Foram 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), os quais trouxeram repressão às Campanhas e Movimentos Educacionais Populares. Os movimentos citados anteriormente foram extintos pela ameaça que causavam, ao autoritário Governo Militar, com sua educação conscientizadora e problematizadora da sociedade.

Aqueles que mantiveram a luta pela educação popular do início dos anos 60 foram cassados. De acordo com Haddad e Pierro (2000, p. 113) “A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar”. Paulo Freire foi um destes reprimidos, foi exilado no exterior, por conta de sua ação pedagógica conscientizadora e problematizadora da realidade.

Paulo Freire permaneceu exilado durante 16 anos (1964-1980). No ano de 1964, mês de setembro, ainda no Brasil, depois de constantes ameaças e sessões de inquérito policial-militar, foi para a Bolívia. Da Bolívia, Paulo perpassa por vários países. Deste modo, Freire passou pelos continentes da Ásia, Oceania, América e África. Em todos os lugares em que esteve, foi um grande influenciador e colaborador para a educação local, enriquecendo também seus conhecimentos. E, em 1980, definitivamente, Paulo volta ao Brasil.¹

Neste período, aqui no Brasil, como organização educacional para a alfabetização de adultos, é aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, pela Lei Nº 5.379, de 15 de

¹ Informações obtidas no site: <http://www.paulofreire.org.br/asp/template.asp?secao=biografia&sub=biografia2>

dezembro de 1967. Como órgão executor do plano é fundado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

O MOBREAL, diferente dos outros movimentos, recebeu grande apoio econômico por parte do governo, pois sua proposta de educação estava diretamente ligada ao regime.

Em 1971 é criado o Ensino Supletivo, na Lei Nº 5.692, Art. 24 a, com finalidade de “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria [...]”. Falando sobre esta Lei, Castanha (2006, p. 229) diz que “Na lei proposta em 1971, fica claro que a educação para o trabalho é algo desejável pelo governo”.

Para auxiliar e dar seguimento à alfabetização realizada pelo Mobral foi criado o Programa de Educação Integrada (PEI). “Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados, assim como para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita.” (BRASIL, 2001, p. 26).

2.5.1 Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral

O Movimento Brasileiro de Alfabetização é fruto dos projetos construídos nos acordos feitos entre MEC e USAID (Agência Americana de Desenvolvimento Internacional), pois a partir de 1964 o Governo Brasileiro representado pelo MEC, firma aliança com a agência americana AID (Agency for International Development) para que com a ajuda desta, pudesse ser possível o estabelecimento da organização do sistema brasileiro de educação. (ROMANELLI, 2001).

Em termos de propostas de alfabetização para adultos, a metodologia utilizada pelo MOBREAL e seus respectivos programas de alfabetização, era a de Paulo Freire, negando os aspectos críticos do método.

De acordo com Jannuzzi (1983) o Mobral também utilizou de palavras, as quais davam início a alfabetização. Mas, diz ainda que, neste movimento as palavras escolhidas não precisavam ser, efetivamente, da realidade local, mas do Brasil como um todo. Aqui a análise se dá de forma direcionada, o caminho a chegar, fica a

cargo dos alfabetizandos encontrar um meio inteligente para chegar ao objetivo proposto. Para isto, o Mobral fazia uso de trabalhos grupais.

Jannuzzi (1983, p. 64-65) descreve as etapas que seguem a discussão das palavras “geradoras”, feita para a decodificação da palavra:

- apresentação do cartão com a palavra geradora, colocando-se este cartão no espaço em branco existente no cartaz, logo abaixo da gravura que a representa;
- relacionamento da palavra geradora com o objeto que a representa;
- leitura da palavra em voz alta, várias vezes;
- escrita da palavra no quadro-negro;
- decomposição da palavra geradora em sílabas;
- escrita das sílabas no quadro-negro;
- escrita das famílias silábicas que compõem a palavra geradora;
- apresentação do quadro da descoberta que já está escrito na lousa, ou que vem acompanhando o material didático;
- leitura horizontal e vertical do quadro da descoberta;
- formação de novas palavras;
- decodificação das novas palavras.

Depois de feito todo este processo é realizado ainda a memorização via recapitulação, por meio da cartilha. Esta recapitulação tinha como objetivo a memorização. (JANNUZZI, 1983).

Percebe-se, pela descrição de Jannuzzi (1983), a proximidade da metodologia do MOBREAL com a de Paulo Freire, decorrente das etapas tomadas no estudo da palavra. Porém, nota-se também, a diferença entre as duas propostas. Enquanto o MOBREAL propunha uma alfabetização por meio da memorização, Paulo Freire oferecia uma alfabetização via apropriação, pois esta só é possível com a conscientização. É a conscientização que faz do indivíduo alfabetizando um sujeito exercitor de cidadania.

“As orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador.” (BRASIL, 2001, p. 26)

Araujo (2005, p. 177) diz que esta adequação do Método Paulo Freire “é voltada para a adequação da mão de obra educada para o mercado de trabalho industrial e comercial”.

É fácil perceber que a função social destinada a educação de jovens e adultos neste período é de uma educação para instrução profissional e cívica, deixando de lado a função conscientizadora, formadora de sujeitos capazes de

refletir e problematizar o mundo. – esta era a função social exercida pela educação dos Movimentos Populares.

2.6 Educação de Jovens e Adultos na Nova República

Depois de 21 anos de repressão aos sistemas de movimentos educacionais relativos à educação de jovens e adultos, ressurgem bons tempos para a educação brasileira, que a partir daqui tende a se desenvolver cada vez mais.

Em 1985 o Mobral é extinto e substituído pela Fundação EDUCAR, que fica responsável pela organização política, pedagógica, metodológica, da educação de jovens e adultos, tendo que articular o ensino supletivo com a educação de jovens e adultos, promover cursos de aperfeiçoamento para educadores e supervisionar e avaliar estas atividades. (HADDAD; PIERRO, 2000, p 120).

Uma nova Constituição é promulgada em 1988, a 6ª de toda a história brasileira. Nesta Constituição, libera-se o voto para cidadãos analfabetos e, a educação, por lei “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Aqui se encontra uma educação que dá total liberdade de formação de cidadãos problematizadores, conhecedores de seus direitos e deveres, cidadãos que façam valer sua cidadania. Educação proposta nos anos 60.

A Constituição de 88 (Art. 208, inciso I) coloca como dever do Estado a oferta do ensino fundamental gratuito, que também se tornou obrigatório com Lei Nº 5.379 de 67, principalmente àqueles que não tiveram acesso na idade própria. No Art. 214 da Constituição de 88, fica clara a existência de um plano nacional de educação, o qual teria como objetivos a “erradicação do analfabetismo”; a “universalização do atendimento escolar”; “a melhoria da qualidade do ensino”; “a formação para o trabalho” e a “promoção humanística, científica e tecnológica do País”. (Incisos I, II, III, IV, V e VI)

Em 1990 é extinta a Fundação EDUCAR, e toda a responsabilidade sobre a educação de jovens e adultos fica a cargo dos Estados e Municípios. (LOPES; SOUZA, 2005).

Em 1996 é aprovada e promulgada a nova LDB, Nº 9394, a qual modifica a organização da educação. Não mais existe o Ensino Supletivo, agora a Educação Básica, antigo 1º grau, é dividida em níveis e modalidades: níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental (obrigatório) e Ensino Médio e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esta nova lei destina a Educação de Jovens e Adultos para “aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL, 1996, Art.º 37).

Pode-se dizer que a EJA, agora modalidade de ensino da Educação Básica, possui uma política dirigente. A partir desta política todos os movimentos para esta modalidade de ensino estabelecem a sua organização e ação.

Na década de 90 surge o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), com o objetivo de “[...] desencadear um movimento de solidariedade nacional para reduzir as disparidades regionais e os índices de analfabetismo significativamente até o final do século [...]”. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 124).

Atualmente o Programa de Alfabetização nacional para a modalidade de EJA é o Brasil Alfabetizado (PBA) implantado pelo Governo Popular. Este programa teve início a sua atividade em 2003, realizado pelo MEC. “O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.” Hoje, já atende a “[...] 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%”.²

Falando em termos gerais da EJA, Picawy e Wandscheer (2006, p. 71) dizem que esta

[...] faz parte da educação permanente onde as pessoas têm acesso sempre que desejarem a um novo conhecimento atendendo às exigências e aos desafios do mundo real. É um meio para o auto-reconhecimento de todos como sujeitos e de todos como iguais. Ao mesmo tempo traz a dimensão da liberdade de poder buscar o conhecimento que possibilita a todos serem iguais perante a lei [...].

Diante deste pensamento, percebemos mais uma vez a influência do pensamento de Paulo Freire, que acima de tudo propõe uma educação conscientizadora, para a vida. E, que esta educação tenha por base a realidade do

² Informações obtidas através do site do MEC.

indivíduo, considerando a história não só do educando, mas também da comunidade local, fazendo com que este seja sujeito da sua própria aprendizagem.

Freire (2001, p. 71-72) diz que

[...] O analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente.

Todas as leis, todos os programas, movimentos, ainda há grande desigualdade e discriminação em relação às pessoas analfabetas. Mas também prosseguem as discussões, as propostas e ações, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e alfabetizar para o mundo, de forma consciente e significativa.

3 PROEJA, LEGISLAÇÕES ATUAIS E PROPOSTAS CURRICULARES

Em termos nacionais e estaduais, e até mesmo municipais, muitos programas, movimentos, projetos de educação para adultos foram desenvolvidos e aplicados. Alguns ainda vigoraram, outros se extinguíram.

Neste capítulo ver-se-á o Programa de Educação de Jovens e Adultos: Proeja. Este mesmo programa foi instalado em muitos municípios, porém aqui se fará menção ao programa instalado no Município de Criciúma e a função social atribuída a este programa. Serão abordadas também as leis atuais que fundamentam a Educação de Jovens e Adultos, como a LDB atualizada e também se verá as Propostas Curriculares, como a de Santa Catarina de 1998 e de 2005, entre outras.

3.1 Proeja em Criciúma

O Proeja surge, como programa aprovado no Município de Criciúma, em 2002, porém já vem exercendo seu funcionamento desde 2001. O Proeja é fruto de outros programas e movimentos de alfabetização realizados em âmbito nacional e estadual.

Os programas e movimentos precursores do Proeja são: o Mobral (criado em 1967) e a Fundação Educar (criada em 1985).

O Mobral era dividido em Mobral Central e Coordenações Estaduais e Comissões Municipais. Na década de 70, o Programa de Alfabetização e Educação Integrada do movimento, foi implantado em Criciúma. O objetivo fundamental deste programa era o de ensinar a ler e escrever. O Mobral ainda assumiu outros programas: de saúde, educação pré-escolar, cultural e profissionalização. Os programas de alfabetização deste movimento tinham como orientação pedagógica o Método Paulo Freire, sendo que alguns alfabetizadores faziam uso geral desta metodologia, enquanto outros apenas utilizavam os processos fora das funções conscientizadoras, propostas por Freire. (CRICIÚMA, [s.d.])

Quando o Proeja foi instalado no ano de 2001, foram necessárias muitas mudanças no programa, para adequá-lo a população adulta.

No ano de 2003, é lançada a Revista “Retratos do PROEJA” pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma. Nesta revista, encontramos, nas páginas 8 e 9, as organizações pedagógicas metodológicas do programa.

Neste primeiro momento do programa é utilizado como método pedagógico o de Paulo Freire. Inicialmente é encaminhada uma pesquisa, a qual tornará possível ao educador trabalhar por meio de estudos prévios. “A pesquisa é o ponto de partida do trabalho, porém, é permanente para que se possa fazer as rupturas necessárias.” (CRICIÚMA, 2003, p. 08)

Das pesquisas surgem o tema gerador e o contra tema, dos quais o gerador é o problema comunitário, aquele que é comum a todos e, o contra tema é a posição sobre o gerador, o que possibilita uma reflexão sobre as causas do problema, como também, sobre as possíveis soluções, a qual se daria num campo de maior reflexão e análise.

A pesquisa, reflexão e a análise, levam a construção da rede temática. Esta nada mais é que a flexibilidade micro e macro de cada tema gerador. Parte-se para uma discussão de menor e maior proporção, em termos específicos ou em termos nacionais e até mesmo globais, do tema gerador.

O processo de alfabetização acontece no mesmo caminhar do desenvolvimento dos temas, por meio de cartazes, jornais com notícias sobre o assunto, trabalhos coletivos, e até mesmo montagem do esquema temático. E, sem esquecer os processos freireanos do estudo da palavra, que concretizam a apropriação dos mecanismos da escrita e leitura.

Num segundo momento de reorganização curricular, pedagógica e metodológica do Proeja em Criciúma, em 2007 é editada uma nova revista: “Identidades do Proeja”, a qual revela uma nova postura pedagógica: a de projetos. Esta mudança foi fruto de uma pesquisa feita com professores (as) do programa, em 2005. Agora não mais se desenvolve a prática pedagógica de ensino pelo Método Paulo Freire, mas sim, via projetos.

A revista “Identidades do Proeja” (CRICIÚMA, 2007, p. 08) afirma que o uso de projetos se diferencia das outras estratégias de ensino porque:

Vão além dos limites curriculares;

Implicam a realização de atividades práticas;
 Os temas selecionados são apropriados aos interesses e ao estado de desenvolvimento dos alunos;
 São realizadas experiências de primeira mão como visitas, presença de convidados na sala de aula etc.;
 Deve ser feito algum tipo de pesquisa;
 Necessita-se trabalhar estratégias de busca, ordenação e estudo de diferentes fontes de informação;
 Implicam atividades individuais, grupais e de classe, em relação as diferentes habilidades e conceitos que são aprendidos.

Essa nova postura se fundamenta na concepção pedagógica de ensino Histórico-Cultural, assim como também o Método Paulo Freire. Porém, o trabalho com projetos possibilita aos educadores a utilização de várias metodologias, sem necessariamente seguir uma sequência de fases, para se chegar a apropriação dos mecanismos da escrita e leitura.

Pacheco (apud CRICIÚMA, 2007, p. 03) diz que a finalidade do PROEJA é “[...] reverter o quadro de exclusão que compromete o desenvolvimento de uma cidade, estado e país”. Diz ainda que “Reconhecer os alunos como iguais, portadores de cultura e saberes, é o primeiro passo para o sucesso”.

O PROEJA, de acordo com a revista Identidades do Proeja (2007), conta com 17 unidades de ensino nas T1 e T2, hoje 1º ao 5º ano, e 3 unidades comportando as T3 e T4, 6º ao 9º ano, atendendo aproximadamente 600 alunos. Sobre o acesso ao programa, o educando ao se matricular deve ter, no mínimo, 15 anos completos.

3.2 Legislações Atuais e Propostas Curriculares Municipais, Estaduais e Nacionais

O PROEJA em Criciúma está pautado por meio da Proposta Curricular Da Rede Municipal de Criciúma para a EJA (CRICIÚMA, 2008). A Proposta Curricular de Criciúma (CRICIÚMA, 2008, p. 34) coloca que a EJA deve “contribuir com o desenvolvimento humano, assim como a preparação dos/as educandos/as ao ingresso no mundo profissional”.

Fazendo menção a esta obrigação da EJA, a PC de Criciúma destaca sua preocupação em aproximar teorias do mundo concreto, desmistificando a ambiguidade que ainda há entre a teoria e a práxis educativa.

Para isto, utiliza dos pensamentos e teorias Sócio-Históricas, que vem dos princípios do grande estudioso Vygotsky. Esta concepção de ensino e aprendizagem, em suma, enfatiza que é por meio da mediação entre o contexto histórico, social, político e cultural, que o educando vai construindo o seu próprio conhecimento, é se percebendo nestes contextos que ele constrói sua própria aprendizagem.

Assim, a concepção de alfabetização de Jovens e Adultos, “[...] implica fundamentalmente que o indivíduo possa ‘compreender’ o mundo em que vive e que saiba como ter acesso [...], analisar e interpretar a informação”. (CRICIÚMA, 2008, p. 35).

Em termos estaduais para a organização da Educação de Jovens e Adultos, tem-se a Lei Complementar Nº 170 de 1998. Esta torna vigente no Estado a LDB 9394/96. A Lei Complementar Nº 170 traz, no Art. 4º inciso I, que a educação em Santa Catarina tem por fim, entre outros, “[...] o pleno desenvolvimento do educando [...] e sua qualificação para o trabalho”. (SANTA CATARINA, 1998).

Ainda falando em âmbito estadual, porém agora em termos de concepção pedagógica e metodológica, temos as PCSC (Proposta Curricular de Santa Catarina) de 1998 e de 2005.

A PCSC de 1998 (SANTA CATARINA, p. 38) diz que fazer educação adequada para jovens e adultos

[...] implica em pensarmos um encaminhamento metodológico que possa articular o saber dos alunos com o saber sistematizado vivenciando nas escolas nas diferentes áreas do conhecimento, assim como pensar também a organização e a seleção de conteúdos e textos significativos, voltados para a realidade do jovem/adulto.

Diz ainda que os textos socializados em sala de aula devem proporcionar momentos de discussão, discordância e concordância, apontar significados, levantar o tipo de texto, a estruturação do texto, estudo de palavras presentes no texto, fazer relação com outros textos, em suma, professores e alunos, devem refletir “[...] juntos sobre os elementos estruturais e linguísticos que formam este texto, possibilitando a apropriação de muitas vozes”. (SANTA CATARINA, 1998, p. 39). Este trabalho

conjunto entre professores e alunos, também deve abrir espaços para a realização de estudo conjunto entre alunos e alunos, fazendo-os se perceberem como capazes de construir conhecimento.

A PCSC de 2005, complemento à PCSC de 1998, refere à modalidade de EJA como Educação de Trabalhadores. Esta considera a educação como “[...] característica do ser humano [...]” e que a educação se dá no envolvimento do ser humano “[...] com o meio social, com o outro e consigo mesmo a partir da sua faculdade de memória e na sua competência do fazer, aliando a esses dois aspectos o de construção da cultura”. (SANTA CATARINA, 2005, p. 122).

Desta forma a PCSC de 2005 segue o mesmo pensamento da Proposta Curricular de 1998, considerando a vivência do educando como componente significativo e valiosíssimo na sua própria educação.

A PCSC de 2005, ainda assegura a necessidade de metodologias específicas para o jovem e adulto trabalhador, com o objetivo de “[...] assegurar a inclusão de todos no processo educacional e a sua permanência até a conclusão, no mínimo, da educação básica obrigatória”. (SANTA CATARINA, 2005, p. 123).

Ainda fazendo uso da PCSC (Santa Catarina, 2005, p. 127), esta coloca como função da escola frente a Educação de Jovens e Adultos a de “[...] propiciar aos trabalhadores o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, contribuindo, assim, com as condições cognitivas e afetivas para que sejam críticos e autônomos priorizando valores e atitudes [...]”.

Ainda há, como lei maior, a LDB 9394/96 atualizada. Esta é a lei que organiza toda a educação brasileira. E quanto ao que diz sobre a EJA, dispõem de dois artigos. Nestes artigos constam as informações que foram utilizadas pela Lei Complementar Estadual de nº 170/1998 para se referir a EJA.

Em âmbito nacional há ainda a Proposta Curricular Nacional da EJA. Para a alfabetização de Jovens e Adultos há o PCN para o 1º segmento, que aborda as T1 e T2 (anos iniciais). Este tem como referência pedagógica a Educação Popular, que “[...] destaca o valor educativo do diálogo e da participação, a consideração do educando como sujeito portador de saberes, que devem ser reconhecidos”. (BRASIL, 2001, p. 13).

Esse valorizar se faz necessário, também pela heterogeneidade dos sujeitos alfabetizando. São mulheres, homens, balconistas, serventes de pedreiro, donas de casa, imigrantes, etc. E, a educação de forma crítica e consciente só é

possível no momento em que “[...] suas experiências de vida e visões de mundo [...]” são reconhecidas. (BRASIL, 2001, p. 41).

Nesta linha de pensamento, a PCN para a EJA coloca como essencialidade à prática do educador a “[...] confiança na capacidade de todos de aprender e ensinar [...]”, também a postura de pesquisador, procurando “[...] conhecer seus educandos, suas expectativas, sua cultura, as características e problemas de seu entorno próximo, suas necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2001, p. 46).

Ainda, sobre os objetivos gerais levantados pelo PCN para a EJA (BRASIL, 2001, p. 48), destaca-se os seguintes:

Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social.

Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade.

Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais.

Fazendo concordância destes objetivos, faz-se menção de alguns princípios da educação estadual catarinense presentes na Lei 170/1998 (Santa Catarina, 1998, Art. 3º), que ajudam a elaborar as práticas de ensino para a EJA no Estado, dos quais destaco:

[...]

VIII – valorização da experiência extra-escolar;

IX – promoção da interação escola, comunidade e movimentos sociais;

[...]

XIII – vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social, valorizando o ambiente sócio-econômico-cultural catarinense.

Partindo destes objetivos e princípios destacados já é possível elaborar práticas específicas e adequadas para a EJA, pois ao valorizar as experiências de vida dos alunos é possibilitado o aumento de autoestima e a valorização pelo educando da educação para seu desenvolvimento pessoal e social.

Ao interagir a escola com a comunidade e com os movimentos sociais locais e até mesmo regionais, pode-se remeter a inserção do estudo realizado à realidade local e ainda aperfeiçoar a convivência dos educandos nos mais diversos

espaços sociais. E vinculando a educação escolar com o mundo social, o qual abrange o trabalho e o convívio com os outros, e valorizando o ambiente social, que é econômico e também cultural, torna possível ao educando perceber-se como participante constituinte e formador deste mesmo mundo, levando-o a valorizar as produções artísticas e literárias, compreendendo-as como patrimônio da humanidade.

Hoje a Educação de Jovens e Adultos se disponibiliza de leis e propostas organizacionais, pedagógicas e metodológicas, as quais fazem ao educador e também ao próprio aluno estarem cientes das possibilidades de sucesso para suas aprendizagens.

4 METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa, fez-se necessário elencar problema e objetivos e, a partir destes decorrer todo o trabalho.

Silva e Menezes (2001, p. 20) dizem que pesquisa “é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo”.

E, para responder ao problema proposto nesta pesquisa foi utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa, para melhor entendimento e análise do mesmo, sem negar os aspectos quantitativos para isso.

As autoras Silva e Menezes (2001, p. 20) conceituam a pesquisa qualitativa dizendo que esta

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Neste plano de pesquisa, a análise do problema não se resume a estatísticas, dados numéricos, mas tem uma amplitude, perpassando também por aspectos quantitativos, porém valorizando e utilizando de dados subjetivos.

Esta pesquisa traz aspecto histórico como fonte de dados. Utilizou-se, portanto, de procedimentos técnicos, como a pesquisa bibliográfica e a de campo. Deu-se também como pesquisa descritiva.

De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 21) a pesquisa descritiva “[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O aspecto descritivo se apresenta nesta pesquisa para melhor conhecer o objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica realizada diz respeito, principalmente, a EJA, enquanto abordagem histórica, e ao Proeja, enquanto programa de educação para jovens e adultos atuante na Escola Municipal de Ensino Fundamental Giácomo Zanette, que se localiza no Município de Criciúma/SC. Este estudo se direcionou ao contexto que proporcionou o Proeja a se constituir historicamente nesta escola.

A pesquisa de campo, não diferente da bibliografia, também serviu para atingir o objetivo maior. Porém, também deu condições para responder as outras questões levantadas a partir do problema central. As quais são:

- O que é EJA?
- Qual a função social da Ed. de Jovens e Adultos?
- O que é PROEJA?
- Como o PROEJA foi adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma?
- Qual a proposta de ensino do PROEJA no município de Criciúma?
- O que levou o PROEJA a ser instalado na E.M.E.F. Giácomo Zanette?
- Qual a proposta pedagógica do projeto vinculado ao programa de ensino PROEJA da E.M.E.F. Giácomo Zanette?

Para responder as questões levantadas acima, realizou-se também, pesquisa documental, em especial para dar conta das questões sobre o Proeja em Criciúma.

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionário a um morador do Bairro Santo Antônio, com o intuito de conhecer o projeto PPAC, precursor do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette, a primeira professora de Eja e a diretora da instituição na época em questão, participantes do processo que constituiu o Proeja como programa adotado pela escola, e também a dois alunos (as) constituintes da primeira turma do programa na escola, para analisar a repercussão do programa na instituição. E, também, conhecer melhor a proposta do programa e a importância deste para os indivíduos educandos.

A escolha dos sujeitos para aplicação do questionário foi feita a partir de um levantamento dos nomes envolvidos – professores (as) e egressos (as) – nos períodos acima mencionados. Os docentes foram escolhidos de acordo com suas funções exercidas neste período e, os alunos foram escolhidos pela, ainda, permanência no grupo de EJA na instituição.

Para consentimento da divulgação dos nomes juntamente com as informações que foram obtidas, formulei a estes um Termo de Consentimento (em anexo), o qual me dá total direito de publicação dos nomes.

Os questionários (em anexo) aplicados na pesquisa foram produzidos visando total engajamento com o problema proposto, dando vigência à complexidade contextual.

Esta pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa “Educação, Cultura e Ambiente”, mais precisamente ao Eixo Temático “Memória, Infância e Sociedade”. Fazendo, assim, menção ao processo histórico do grupo de Eja da E.M.E.F. Giacomo Zanette, referente ao Proeja.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Toda a educação deve estar pautada, antes de tudo, na realidade que a cerca, pois é um condicionante para a própria realidade atual, global, industrial e capital.

A contextualização não é mais algo facultativo na prática educativa, mas sim algo essencial e necessário para uma educação concreta e completa e, ainda permanente.

Neste capítulo far-se-á a contextualização histórica do Bairro Santo Antônio, comunidade local da E.M.E.F. Giácomo Zanette, a história da própria instituição, o projeto PPAC que foi precursor do Proeja na escola em questão, o processo de formação das primeiras turmas de Proeja e, ainda muito importante, a apresentação e análise de dados obtidos na pesquisa, e dos depoimentos de duas professoras envolvidas no processo de implantação do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette, e de dois alunos constituintes da primeira turma de alfabetização.

Para contextualização histórica do Bairro Santo Antônio e da E.M.E.F. Giácomo Zanette, utiliza-se da obra de Costa (2000).

5.1 O Bairro Santo Antônio

Assim como muitos bairros em Criciúma, o Bairro Santo Antônio também teve origem com a colonização de imigrantes, por volta de 1880. A maioria destes imigrantes era italianos, advindos das terras de Araranguá para Criciúma.

Sônego (1999, apud COSTA, 2000, p. 25) diz que “[...] não havia nada, não tinha luz, não tinha eletricidade, não tinha nada! [...]” Isto, sem considerar a existência de cultura indígena no local, que não era considerada cultura pelos imigrantes. Esta era a situação do lugar hoje chamado Bairro Santo Antônio.

Com as ferramentas trazidas de suas terras, os imigrantes derrubaram a mata existente e construíram as primeiras casas, os primeiros comércios e a mata também foi preenchida pela agricultura. Nesta época as famílias sobreviviam da terra, todos de uma só família se envolviam no trabalho da roça e dos engenhos. As

famílias pequenas que não davam conta de administrar um engenho ou uma grande roça, se voltaram para o comércio.

Sentindo a necessidade de cultos religiosos, é construída a capela de Santo Antônio. A primeira capela foi coberta com palha. O padre vinha de Veneza (Nova Veneza) fazer a missa no bairro. Depois da construção da capela, reformas foram feitas até construírem a hoje, igreja de Santo Antônio. Com a falta de padres, a função de capelão era feita pela pessoa mais velha do bairro.

A educação escolar se deu de forma superficial no início. Pois o movimento nacionalista no governo de Vargas, fez com que fosse proibida a expansão de outra língua a não ser a “brasileira”. Deste modo, ensinou-se as crianças, filhas e netas de imigrantes, a falarem e escreverem em “português brasileiro”.

Por volta de 1913, começa-se a extração de carvão em Criciúma, mudando a vida dos moradores do Santo Antônio e de toda a cidade, pois com a oferta de emprego pelas carboníferas muitas pessoas foram atraídas a morar por essas redondezas. Em 1950 já havia cerca de 50.854 habitantes em Criciúma.

Vendo tanto carvão, empresários estrangeiros, construíram a Estrada de Ferro D. Tereza Cristina. A estrada ferroviária passava pelo Bairro Santo Antônio. Todo este movimento de extração de carvão, ao invés de trazer desenvolvimento econômico para os bairros Criciumenses e vizinhos, trouxe lucro para os empresários estrangeiros. Desta forma, mesmo trabalhando nas minas, os moradores continuaram trabalhando nas roças em outros períodos.

Com tantas pessoas migradas para cá, as carboníferas construíram casas operárias, para os trabalhadores que vinham de outras localidades. Este local fazia parte do Bairro Santo Antônio, mas por ser um local de abrigo de mineiros, foi chamado de Santa Bárbara, por esta ser a protetora dos mineiros. Agora, Santo Antônio abriga as famílias agricultoras e Santa Bárbara, as famílias mineradoras.

A mineração transformou o cenário do Bairro Santo Antônio. As matas foram cortadas, os rios secaram e alguns ficaram totalmente poluídos por causa dos rejeitos do carvão, que eram jogados nos rios.

No ano de 1956 foi construída a primeira escola no Bairro Santo Antônio: a Escola Mista de Santo Antônio, que oferecia estudo até a 3ª série. Quem quisesse continuar os estudos tinha de ir estudar no, agora chamado, Colégio Estadual Coelho Neto ou no Grupo Escolar Professor Lapagesse.

O bairro continuou crescendo e, hoje é uma grande área residencial. Mas, ainda é possível perceber marcas do trabalho na roça.

Hoje, o espaço que antes era chamado de Santa Bárbara, agora é chamado pelos moradores de “Peixe Frito”. E, ainda há mais uma área de população muito carente, que até o ano de 2000 era chamada de “Pirão D’água”. Hoje, a antiga vila “Pirão D’água”, é conhecida como “Laredo”. O nome “Peixe-Frito” teve origem por causa de um anúncio de venda de peixe e, por ser um alimento de baixo custo na época, todos que moravam na rua da venda compravam peixe. Já fazem mais de 15 anos que este lugar (de uma rua passou para toda a parte de cima do bairro) se chama “Peixe Frito”. Também havia no Bairro Santo Antônio a Área Verde, porém hoje faz parte do que os moradores do bairro chamam de “Peixe Frito”.

5.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Giácomo Zanette

A escola é um espaço de construção e formação de sujeitos. Nela ficam registradas muitas histórias de crianças, adolescentes, jovens e até adultos. Mas, além das histórias destes sujeitos, há a história do ambiente de formação destes. A escola por sua vez tem a sua história na memória daqueles que por ali passaram.

Pelegriin (apud COSTA, 2000, p. 119-120) diz que a E.M.E.F. Giácomo Zanette começa sua trajetória em 1956, como a primeira escola do Bairro Santo Antônio: “Escola Mista de Santo Antônio”. Nela estudavam 34 alunos, e ficava próxima a capela Santo Antônio, porém atendia somente até a 3ª série.

“Em 1965, pelo decreto 567 de 14/12/1965, foi criado o ‘Grupo Escolar Giácomo Zanette’, a escola recebeu esse nome em homenagem ao doador do terreno.” Funcionava em três turnos de três horas cada um: matutino das 8:00 as 11:00, e vespertino das 11:00 as 14:00 e das 14:00 as 17:00. Funcionou durante algum tempo assim pela falta de espaço para atender toda a demanda de alunos. (COSTA, 2000, p. 121).

Em 1985 o Grupo Escolar é transferido para o novo prédio na rua Rio do Sul, esquina com a rua Blumenau. (COSTA, 2000, p. 121).

Em 1995, a escola passa a oferecer ensino até a 8ª série, agora não mais é Grupo Escolar Giácomo Zanette, mas Escola Básica Giácomo Zanette. Por volta

de 2003-2004 a escola ofereceu além do ensino fundamental a modalidade pré-escola da Educação Infantil, passando a se denominar Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Giácomo Zanette e com a alteração do tempo de permanência no Ensino Fundamental, que aumentou de 8 para 9 obrigatórios, em 2006 a escola transferiu a educação pré-escolar para o 1º ano. Agora é chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Giácomo Zanette. Porém, no ano que vem (2011), a escola voltará a atender a Educação Infantil, agora em período integral, e voltará a se denominar E.M.E.I.E.F. Giácomo Zanette.³

Hoje o Bairro Santo Antônio dispõe de dois centros educativos: o CEI Santo Antônio da AFASC, que funciona desde 1981, para a Educação Infantil e a hoje, E.M.E.F. Giácomo Zanette, para o Ensino Fundamental.

Cito, ainda, Costa (2000, p. 121) que diz que “A escola foi uma conquista da comunidade, a inserção da escola na vida da comunidade mostra a relação íntima que a instituição escolar tem com o bairro onde situa-se [...]”. Isto leva a se pensar sobre a importância que a escola ocupa na vida dos moradores do bairro.

5.3 Projeto PPAC

Tudo o que acontece aqui neste plano terrestre tem um porquê, um motivo. Principalmente aquilo que diz respeito a conquistas de massa. Aqui, ver-se-á sobre o precursor do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette, o porquê desta conquista. Para isto se fez pesquisa documentária e de campo, via questionário aplicado a um morador do Bairro Santo Antônio e a coordenadora geral do projeto PPAC, que foi desenvolvido junto a comunidade.

Afinal o que foi o PPAC? O Projeto de Pesquisa Ação Comunitária, desenvolvido no Bairro Santo Antônio, foi realizado pelos cursos de História, Psicologia e Pedagogia da UNESC, em parceria com o Programa Fome Zero do Governo Federal, e se intitulava: Bairro Santo Antônio e Fome zero, construção de cidadania ou: vocês têm fome/sede de quê?⁴

O projeto teve início no ano de 2004, com os seguintes objetivos:

³ Informações obtidas em conversa informal com a atual secretária Andréia, que no ano de 1995 começou a lecionar na instituição e desde então nunca mais saiu.

⁴ Informações obtidas em conversa informal com a Profª Lucy Cristina Osteto, coordenadora do projeto.

[...] inventariar os locais de memória coletiva do Bairro Santo Antônio, percebendo como a identidade do bairro é mantida; detectar quantos analfabeto(a)s existem no bairro e propor uma ação que vise minimizar estes números e discutir possibilidades de intervenção política, social de saúde e lazer a ser definidas com a comunidade. (LIMA, 2005, p. 35).

Concentra-se, portanto as atividades deste projeto, para a educação de jovens e adultos. E, como fonte de dados se faz uso do questionário aplicado a um morador do Bairro Santo Antônio, que esteve presente em todo o processo do projeto.

Em resposta ao questionário sobre o projeto PPAC, seu Ageu (52 anos), morador do bairro e guarda noturno da E.M.E.F. Giácomo Zanette, descreve ter sido convidado pela equipe do projeto para participar das atividades desenvolvidas pelo mesmo e ser um dos responsáveis pela divulgação do projeto.

Sobre a participação da comunidade neste projeto, seu Ageu conta sobre a presença de professoras que residiam ou já residiram no bairro, como “[...] a Neuza, que mora ali em cima e a Georgia que é filha da senhora ali embaixo [...]”. Diz ainda das reuniões que aconteciam na escola. Nestas reuniões eram discutidos os anseios, da comunidade, os desejos, as fomes e sedes, para que destas reuniões pudessem estabelecer ações a serem desenvolvidas na escola com a comunidade.

Das fomes e sedes postas pela comunidade, uma foi a de Educação para jovens e adultos que não tinham estudado ou que haviam largado os estudos na sua infância.

Assim, algumas das ações desenvolvidas na escola juntamente com a comunidade, de acordo com seu Ageu, foram: aulas de capoeira e aulas para adultos. As aulas para adultos, inicialmente, foram pensadas enquanto oferta para as séries iniciais (1ª a 4ª série), e foi por reivindicação de seu Ageu que também ofertaram as séries finais (5ª a 8ª série), pois como diz ele: “[...] eu já tinha até a 4ª série, faltava só da 5ª até a 8ª [...]”.

Como responsável pela divulgação do projeto na comunidade, seu Ageu foi de casa em casa informar sobre o projeto desenvolvido na escola do bairro, convidando os moradores do bairro a participarem das atividades. Destas chamadas, seu Ageu reuniu 33 pessoas, das quais 13 foram até o fim e uma delas hoje esta preste a se formar em Pedagogia.

Assim, a proposta do projeto para a educação de adultos, era possibilitar o acesso a educação escolar para os que não haviam tido chance de estudo

anteriormente, e de proporcionar o término dos seus estudos, para os que já possuíam séries cursadas. As aulas aconteciam três vezes na semana, dia sim, dia não, e o ensino era ministrado meio a discussões, relacionando o conteúdo com a vida deles. Segundo seu Ageu as professoras não eram reembolsadas pelo serviço, mas o faziam de forma voluntária.

Quando questionado se havia seguido seus estudos após a formação no Ensino Fundamental, respondeu ainda não ter concluído, pois parou devido a alguns contratempos, mas que ainda deseja terminar seus estudos, em termos de Ensino Médio. Durante este tempo fez alguns cursos.

Quanto a importância deste projeto para a comunidade do Bairro Santo Antônio, seu Ageu respondeu que, em questão geral, não houve muitas mudanças, mas enquanto educação de adultos, esta possibilitou a muitos maior condições sociais, pois conquistaram melhores empregos. Seu Ageu, contou, em conversa informal, que para ele esta experiência vai ficar marcada para sempre.

Enquanto aspecto pessoal, seu Ageu respondeu que antes de ir as aulas, quando escrevia, “[...] tremia, aí as letras saíam feias [...]”, outro aspecto importante para ele é que sua mente se “desenvolveu muito para entender as coisas e aprender”. Diz, também, em conversa informal, que fez concurso público e que das 30 questões, acertou 25, possuindo uma das melhores pontuações do concurso.

Tudo isto, conforme respondido ao questionário foi o que mais o marcou. A conquista de uma nova oportunidade, de uma nova visão de mundo, de uma nova posição frente as coisas da vida. Conforme disse seu Ageu, em conversa informal, “[...] quando minhas filhas precisavam fazer trabalho da escola que não tinham tempo eu que fazia [...]” – as filhas de seu Ageu, neste período cursavam as séries finais do Ensino fundamental.

Questionado em conversa informal, quanto ao seguimento do projeto PPAC, seu Ageu respondeu ter tentado continuar lutando pelo projeto, mas não conseguiu, porque houve mudanças na prefeitura e também na Unesc e, a Secretaria de Educação Municipal havia dito que iriam mudar de projeto e que no novo projeto as professoras seriam remuneradas. Este novo projeto, segundo seu Ageu, era o PROEJA. Continua respondendo, ainda, sobre a implantação do Proeja, que tudo começou através da Associação de Moradores, que levantou novamente esta questão da necessidade de educação para adultos. Então uma das

constituintes da diretoria da Associação, constatou uma professora moradora do bairro e começaram a reivindicar na Secretaria de Educação.

5.4 Implantação do Proeja via Depoimentos da Professora e Diretora

A apresentação a seguir diz respeito a pesquisa aplicada por meio de questionário a primeira professora do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette, Márcia de Souza Sebastião, e a diretora efetiva na época em questão (2008), Alair Terezinha Dagostim Goulart. Além dos questionários, são consideradas para a apresentação e análise dos dados, as informações obtidas via conversa informal com as participantes. Aqui ver-se-á como ocorreu a implantação do Proeja, um programa ligado a Secretaria de Educação Municipal de Criciúma, na escola em questão.

Alair, formada no Magistério, licenciada em Pedagogia e Pós Graduada em Fundamentos Metodológicos da Educação Infantil e Séries Iniciais, exercia o cargo de diretora no período de implantação do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette (2008).

Márcia de Souza Sebastião, também formada no Magistério, licenciada em Pedagogia, e Pós Graduada em Série Iniciais, Educação Infantil e Psicopedagogia, exerce desde a implantação do Proeja na instituição, a função de educadora.

Quanto ao motivo que levou a implantação do Proeja na escola, Alair respondeu que “[...] Houve uma procura da comunidade, então conversei com a Secretaria de Educação da época e o Proeja T1 foi implantado, com uma professora da própria comunidade [...]”. A professora a qual Alair se refere é Márcia, que também participou desta pesquisa.

Por sua vez, Márcia diz que a razão para o Proeja ter sido instalado na E.M.E.F. Giácomo Zanette, foi que esta instituição era “[...] o ambiente mais adequado a acolher os alunos [...] que sempre visavam esta oportunidade [...]”.

Quando questionadas sobre o envolvimento da comunidade no processo de implantação Alair diz ter sido muito positiva, pois viu a vontade de muitos moradores próximos a escola de voltar a estudar. Márcia diz que houve a

participação de uma participante da Associação de Moradores do bairro, que a levou até a Secretaria de Educação para solicitar a implantação do programa. Porém, lhe disseram que deveria encontrar alunos para então instalarem. Diz ter recebido, também, apoio da diretora da escola – Alair.

Percebe-se aqui que a participação da comunidade se deu como condicionante para esta implantação, ficando a maior parte por conta de uma representante: uma pessoa constituinte da diretoria da Associação de Moradores.

Quanto a participação individual neste processo, Alair diz ter feito tudo o que foi necessário enquanto representante da instituição e, a professora Márcia diz ter saído em busca de alunos, até formar uma turma, de pelo menos 15 pessoas.

Quando questionadas sobre o objetivo central do Proeja Alair resume este a “[...] Dar oportunidade da volta a escola sem se importar com a idade entre outros [...]”, e Márcia diz que este era o de: “[...] Oportunizar a alfabetização aos alunos que outrora não tiveram a oportunidade de estudar [...] aprender a ler, melhoria no trabalho, aprender escrever [...]”.

Vê-se, aqui, a grande preocupação com o aprender a ler e escrever, demonstrando ser este um grande desejo daqueles que procuraram o programa Proeja.

Sobre a proposta pedagógica do programa, Márcia descreve que era a de proporcionar independência a estas pessoas a partir da ampliação dos conhecimentos científicos. Já Alair, sob uma ótica metodológica, diz que o trabalho a ser realizado com estas pessoas – adultos analfabetos – deve “[...] acontecer de forma diferenciada, pois esses/as alunos/as trazem suas experiências de vida, trabalho, relações com os/as filhos/as e comunidade. E dialogar com essas vivências, possibilita a transformação da consciência política de perceber o mundo, de todos os envolvidos no processo. [...]”.

Pode-se perceber aqui a valorização do saber extraescolar, das experiências fora da escola, frente a própria consolidação de educação escolar. Percebe-se que esta valorização, não é apenas ideologia ou utopia de alguns, mas algo que realmente, de forma concreta e real, tem a possibilidade de fazer a diferença no processo de apropriação do saber. Mas, conforme diz Freire (2001) a apropriação se dá somente quando há conscientização, e não simplesmente fazendo uso da vivência do educando como partida de trabalho.

Alair ainda diz que é importante e necessário fazer reflexão sobre as propostas pedagógicas curriculares, verificando sua ligação com o real dos educandos, através da formação continuada.

Questionadas sobre a possibilidade de haver educação de adultos separada dos interesses da comunidade, ambas responderam ser impossível. Alair diz que não há possibilidade disto acontecer, pois os educandos já possuem muitos conhecimentos, possuem grande relação social, no trabalho, igreja, família, e quando vão para a escola levam todas estas experiências.

Márcia diz que ambos – educação escolar e interesse comunitário – “[...] têm de estar juntos para que haja um progresso qualitativo no [...] conhecimento. Um depende do outro no desenvolvimento econômico, social e cultural”.

Quanto a isto, a Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1998, p. 36) diz que a educação que hoje se busca para jovens e adultos “[...] implica no entendimento de que os sentidos e significados da alfabetização evoluem e se transformam na dinâmica das relações sociais”.

Por fim, são questionadas sobre o método de ensino utilizado em sala de aula. Márcia é que responde esta questão, dizendo que as aulas aconteciam – e ainda acontecem – de forma dinâmica, socializadora, contextualizada. “[...] As vezes até convencional mesmo [...]”. Ela explica que as vezes trabalha de forma tradicional pois os próprios alunos estranham o novo modo de ensino, porque tem na lembrança os métodos utilizados nas suas infâncias.

5.5 Implantação do Proeja via Depoimentos dos Alunos Egressos

Foi aplicado questionário com dois alunos constituintes da primeira turma de alfabetização do Proeja na E.M.E.F. Giácomo Zanette, com o intuito de ampliar os dados coletados com a professora e a diretora da escola quando o Proeja foi instalado. Faz-se saber que os dois participantes da pesquisa aceitaram ter seus nomes divulgados neste trabalho, os dois são: Maria Terezinha Luiz Fernandes e Ricardo Munt.

Ricardo, o mais jovem (43 anos), ainda frequenta as aulas do Proeja, também a Terezinha (67 anos), como gosta de ser chamada. Os dois estão ainda em fase de alfabetização.

Quando perguntados sobre como souberam das aulas do Proeja na escola, Terezinha, a primeira a frequentar, diz: “[...] fiquei sabendo porque a professora Márcia foi até a minha casa me convidar, eu tava costurando na máquina de mão e aí no outro dia eu já vim”. Ricardo por sua vez, teve conhecimento das aulas através de um amigo: “[...] o Sérgio, ele disse pra mim: vai ‘Rico’, vai pra ‘quem sabe’ tu aprende a ler”. Nos dois casos, percebe-se que o primeiro contato não foi planejado e intencionado por eles, pois foi por meio de outros sujeitos que passaram a conhecer.

Percebe-se que o modo como os alunos chegaram as aulas de jovens e adultos do Proeja foi semelhante ao modo como aconteceu no projeto PPAC, porém aqui quem divulgou as aulas foi a própria professora.

Hoje há muitos casos de pessoas analfabetas que necessitam e desejam uma oportunidade de se alfabetizarem, porém não procuram, não reivindicam. Isto fica claro quando, questionados sobre a participação da comunidade na implantação do programa na escola, os dois respondem que não houve o envolvimento desta neste processo. Ficando a cargo do projeto aplicado anteriormente, todos os dados sobre os anseios da comunidade, que eram, no projeto PPAC, identificados meio a reuniões marcadas na própria escola.

Segundo Terezinha, essa participação não aconteceu “porque muita gente que não sabe ler tem vergonha”.

Vê-se aqui a permanência da significação atribuída aos analfabetos, já no final do Império, compreendendo estes como seres ignorantes e incapazes. O aspecto mais profundo é que de acordo com Terezinha, são os próprios sujeitos a internalizarem esta significação de si mesmos.

Como forma de contraposição a isto, a PCN para EJA (BRASIL, 2001) coloca como um dos principais objetivos para essa modalidade o aumento da autoestima do educando, para que auto-significações como esta não se perpetuem, e que assim esses sujeitos valorizem a educação, ao invés de temê-la. Os autores Soares e Galvão (2005, p. 274) ampliam dizendo que “[...] os analfabetos não podem ser considerados como vítimas, como dignos de piedade, como ‘menores’, na medida em que [...] se inseriram em práticas de letramento”.

Diante de tantos obstáculos vencidos na vida, experiências agradáveis, outras desagradáveis, o analfabeto se vê diante de muitas conquistas em relação ao uso da linguagem escrita e oral, e é aí que estão exercendo práticas de letramento, porém não as percebe.

Quando questionados sobre a proposta do Proeja, quando instalado, responderam que foi a de aprender a ler e escrever. Ricardo ainda amplia sua resposta, dizendo que quando seu amigo o convidou a estudar, também lhe disse que era um lugar para encontrar “gente amiga”.

Frente a estas respostas sobre a proposta do Proeja, pode-se dizer, em resumo, que sim, a proposta do Proeja para as T1 (totalidade frequentada por eles) é o ensino da leitura e da escrita. Porém, se centrados nesta única proposta, não se diferencia da proposta feita por muitos outros movimentos de alfabetização para adultos, as quais não consideravam as especificidades do adulto.

O Proeja vai além, quando propõe um ensino pautado no respeito, no reconhecimento destes sujeitos como portadores de cultura e saberes, para que, fundamentados nesta proposta, possam aprender a ler e escrever, como uma complementação ao que já é conhecido. (CRICIÚMA, 2007).

Frente a questão sobre como eram as aulas, responderam apenas que estas iniciaram com o estudo das letras, conforme disse Terezinha: “[...] como o primeiro ano [...]”. Ela continua dizendo que foi com isto que foram (os alunos) “valorizando a aula”.

O que os alunos queriam e querem, é aprender a ler e escrever, porém ainda comportam a ideia de aula com o controle autoritário e, mecanizadas, pois estavam acostumados, pela breve passagem pela escola quando pequenos. Reportando a fala da professora Márcia, ela diz que tem alunos que sentem “[...] falta da escola daquele tempo”, explica desta forma a fala de Terezinha, quando se refere a valorização das aulas.

Em resposta a questão sobre a continuação de seus estudos, os dois continuam estudando ainda na T1. Justificaram suas respostas, dizendo que gostam das aulas.

Ricardo ainda conta: “Uma vez a minha mãe disse assim: já faz quase 4 anos que tu tá na escola e não aprendeu a ler ainda, será que vai dar certo? Ai eu me desanimei, né?! Mas vou ficar até aprender”.

Ricardo conta ainda, em conversa informal, que aos sete anos frequentou a escola, porém a professora chamou os pais dele e lhes disse que não havia jeito dele aprender. Quando adolescente, começou a trabalhar e, somente agora é que voltou a estudar. Ricardo declarou estas coisas demonstrando grande vontade de aprender a ler e escrever.

Por sua vez, Terezinha demonstrou grande “gratidão” a professora Márcia por lhe ensinar a ler.

Ao serem indagados sobre a importância do Proeja para a comunidade do Bairro Santo Antônio, Terezinha diz que “[...] serve pra muita gente, só não aprende a ler quem não quer, porque tem muita gente que não sabe ler”. Aqui Terezinha demonstra indignação com a população local analfabeta.

Em resposta a mesma pergunta, Ricardo diz que o Proeja serve também para “[...] tirar muitas pessoas do bar, porque vem pra cá estudar [...]”, e comentou também, em conversa informal, que conhece “muitas pessoas que dependem de outras para pegar ônibus, e se viessem pra aula não precisariam mais”.

E, quando questionados sobre a importância do Proeja para sua vida, eles descrevem seus progressos quanto suas aprendizagens. Terezinha diz: “Hoje eu sei ler um pouco, é bom pra poder participar das reuniões que a gente vai. Sabendo ler ajuda a entender palestras. Uma pessoa que não sabe ler é cega.”

Terezinha ressalta na sua fala, significação de incapacidade ao analfabeto e, para se referir ao analfabeto desta maneira, é porque ela se sentia assim: cega diante de tantas coisas desconhecidas (letras).

Para tanto, as propostas, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais, estabelecem como condição indispensável para a alfabetização de adultos, fazer-lhes se perceberem como seres capazes e aptos a aprender e também a ensinar.

Ainda, fazendo articulação com a fundamentação teórica do Proeja, Pacheco (apud CRICIÚMA, 2007) diz que o Proeja precisa contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas. Entende-se por isso, o desenvolvimento da autonomia pessoal (poder pegar um ônibus sozinho, escrever uma carta para um ente querido distante, etc.).

Ricardo, ao responder esta questão, a levou para o aspecto social. Ele disse: “Pra mim é muito importante, tô tendo conhecimento das pessoas, das coisas [...]”. Aqui, ele se referiu as amizades encontradas, relações construídas com colegas e professora. Para ir ao encontro da fala de Ricardo, faz-se uso da PCN

para a EJA (BRASIL, 2001, p. 47), a qual diz que “O convívio numa escola ou noutro tipo de centro educativo, para além da assistência às aulas, pode ser uma importante fonte de desenvolvimento social e cultural”.

Ao serem questionados sobre o que mais os marcou nesta etapa escolar, os dois responderam a cerca dos momentos junto aos colegas (lanche, amigo secreto, etc.), ao que se refere a aprendizagem, Terezinha diz se sentir mais inteligente, mais leve por já saber ler.

Enquanto Terezinha se alegra por ter progredido, Ricardo comenta: “Às vezes as pessoas falam: bá cara! Você não sabe ler e nem escrever, que ruim né? E põe ruim nisso”. Aqui Ricardo denuncia um desgosto ao seu próprio desenvolvimento frente a apropriação dos mecanismos da escrita e leitura.

Quanto a isto cito Paulo Freire (2001) que diz somente ser possível a construção deste mecanismo internamente, quando a alfabetização ocorre de forma conscientizadora. E, esta educação consciente necessita de uma complexidade contextual do mundo, seja em micro ou macro amplitude.

Faz-se necessário citar, que Ricardo apresenta grande dificuldade de aprendizagem, expressando assim, frente ao seu próprio desenvolvimento de aprendizagem, desgosto e tristeza, porém, não desistência.

Não é fácil, fazer educação conscientizadora e crítica, mas não é difícil. Para acontecer precisa de uma coisa por duas vezes: VONTADE dos educadores e VONTADE dos educandos. Um só não faz acontecer.

6 CONCLUSÃO

A Educação para Jovens e Adultos vem sendo construída desde o período imperial brasileiro. Durante este processo de construção muitas propostas, movimentos e programas surgiram, servindo de tentativas para uma educação permanente.

Das conquistas realizadas para a EJA, as mais significativas foram aquelas que aconteceram junto as comunidades. Como exemplo, viu-se os movimentos populares pautados na proposta de Paulo Freire, que a todo momento pensou educação como significação humana, que necessita se dar junto à comunidade, aos anseios, as necessidades, e às experiências desta. Uma educação que fizesse dos homens constituintes desta, sujeitos pensantes, conscientes, problematizadores, tornando a si próprios críticos, de forma a analisarem sua realidade e desenvolverem ações que a transforme.

Para isso é preciso que cada homem entenda e perceba, ao pensar em si, que ele é um sujeito constituinte de uma grande comunidade, na qual há muitos outros homens, e que estes também possuem seus anseios e necessidades.

Percebeu-se a presença desta educação significativa, durante a pesquisa, pois a implantação do Proeja como algo seguido de um projeto realizado junto à comunidade, deixa clara a sua singularidade e sua significação.

Por muito tempo, os analfabetos, foram taxados de incapazes, marginais, ignorantes, e se pode perceber durante o contato estabelecido junto aos alunos que esta significação foi incorporada pelos próprios analfabetos. Por isso a tão importante educação conscientizadora, pois esta faz o indivíduo se perceber como sujeito constituinte de toda uma sociedade, e ainda, como construtor e transformador desta, devolvendo sua autoestima e confiança. Percebeu-se, portanto, que esta educação ainda não foi incorporada no grupo de Proeja da E.M.E.F. Giácomo Zanette, pois ainda há esta significação entre os próprios alfabetizando.

Viu-se por meio do referencial que o educador frente a estes sujeitos, deve tomar postura de pesquisador, para que desenvolva sua prática docente de acordo com as necessidades e realidade do educando, para que este faça as possíveis relações entre conhecimento científico e suas experiências reais.

A pesquisa tornou possível também a reflexão sobre o papel da escola

como espaço de socialização. Pois em contato com os alunos, ao destacarem o que mais lhes marcou durante este período, ressaltaram em suas falas os momentos de socialização, relação com o colega: a amizade que encontraram.

Reportando questões vistas no referencial, encontra-se como condição para uma significativa aprendizagem, além de outros aspectos, a relação com o meio social: ou seja, com outras pessoas e consigo mesmo, identificando-se como portador e construtor de cultura – desde que faça parte da aula.

Frente as respostas dos questionamentos da pesquisa, identificou-se como razão de significação do Proeja para os alunos da E.M.E.F. Giácomo Zanette, o processo de pesquisa realizado pelo projeto PPAC: Bairro Santo Antônio e Fome zero, construção de cidadania ou: vocês têm fome/sede de quê?

Viu-se que este, foi o precursor do programa instalado na escola pela Prefeitura Municipal de Criciúma, e que agiu junto à comunidade, buscando suas necessidades e desejos, dos quais um destes era a necessidade de educação para adultos, dando ao Proeja a significação de conquista, pois surgiu das fomes e sedes da comunidade do Bairro Santo Antônio. Apesar de hoje não estar com a mesma força de seus primeiros anos, continua sendo usufruída pelos moradores do bairro.

Assim como a própria instituição, que foi instalada no local mais “pobre” do bairro, fazendo dela um patrimônio desta comunidade, o Proeja também foi reivindicado por estas pessoas, que passavam dificuldades em conseguir emprego por causa da falta de escolarização. Este é mais um motivo do PROEJA ser considerado uma conquista na E.M.E.F. Giácomo Zanette.

Viu-se que por muito tempo a educação para jovens e adultos era planejada fora do contexto social, desligada de qualquer referência externa, das vidas dos analfabetos, sem conscientização. Desta forma a alfabetização acontecia via memorização. E, de acordo com o referencial, compreende-se que a alfabetização conscientizadora, que é a significativa, se dá quando o educando se torna sujeito de sua própria aprendizagem, percebendo-se neste processo.

Percebeu-se, durante a pesquisa, que a educação hoje oferecida aos alunos do Proeja na escola em questão, tem caminhado em direção a uma educação via memorização, porém ainda há esforço por parte da educadora em dinamizar o processo de aprendizagem, de acordo com a pesquisa realizada.

Conclui-se, portanto, que a educação de jovens e adultos para ser significativa, valorizada e ainda transformadora, deve acontecer junto as

necessidades e desejos dos educandos, respeitando suas particularidades.

Assim, afirma-se que a EJA exige mais que um simples método, é necessário que o educador seja um pesquisador, e o educando um problematizador, pois a educação para esta, deve estar pautada nas necessidades e realidades do grupo de educandos, sendo que há sempre uma nova necessidade e experiência. Acontecendo isto, a cidadania via educação estará cada vez mais próxima de todos.

Esta pesquisa se apresenta muito relevante para área de História da Educação, tendo grande importância não só para mim, mas principalmente para os envolvidos – professores e alunos – no programa Proeja da E.M.E.F. Giácomo Zanette, registrando a conquista de uma comunidade necessitada de formação escolar.

Contudo, uma coisa é importante refletir: se tantas propostas para a educação de adultos que evadiram da escola por motivos diversos foram pensadas, e se há tantos adultos sem formação escolar, o que está sendo feito para que as crianças e adolescentes não evadão a escola, e num futuro próximo não precisem frequentar aulas de EJA?

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Inês Olinda Botelho de. Educação Popular e Educação de Adultos. Resenha do Livro: PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola: Ibrades, 1987. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.20, p. 167-179, dez. 2005.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 15/06/2010.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 12/06/2010.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em 20/06/2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 18/06/2010.

_____. **Decreto nº. 21731 de 15 de agosto de 1932.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21731.htm. Acesso em 12/06/2010.

_____. **Lei nº. 4024 de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em 17/06/2010.

_____. **Lei nº. 5379 de 15 de dezembro de 1967.** Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>. Acesso em 17/06/2010.

_____. **Lei nº. 5692 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 17/06/2010.

BRASIL. **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em 11/06/2010.

_____. **Educação para Jovens e Adultos:** Ensino Fundamental: Proposta Curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 19/06/2010.

CASTANHA, André Paulo (Org.) Estado Militar e as Reformas Educacionais. In: Políticas Educacionais. Educere Et – **Revista de Educação da Unioeste**, Cascavel, Vol. 1, nº 1, p. 227-231, jan./jun. 2006. Periodicidade Semestral.

Centro Paulo Freire: estudos e pesquisas. Biografia: **Tempo de exílio.** Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/asp/template.asp?secao=biografia&sub=biografia2>. Acesso em 15/10/2010.

COSTA, Marli de Oliveira. **Tudo isso eles contavam...** memórias dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma – SC: 1880/2000. Criciúma, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

CRICIÚMA. Prefeitura Municipal de Criciúma. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma:** Currículo para a diversidade: Sentidos e práticas. Criciúma, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

_____. Prefeitura Municipal de Criciúma. Secretaria Municipal de Criciúma. Programa de Educação de Jovens e Adultos. **Histórico:** A educação de adultos em Criciúma. [s.d.]

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Identidades do PROEJA.** 2007.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Retratos do PROEJA:** nossas práticas, nossas histórias. Ano 1; março de 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma teoria ao pensamento de Paulo Freire. 3. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista brasileira de educação - associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, São Paulo, nº 041, p. 108-130, mai-ago. 2000.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto Pedagógico**: Paulo Freire e Mobral. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

LIMA, Daniel da Silva. **Eu sou um (a) menino (a) negra!** A constituição da identidade e auto-estima da criança negra pelas memórias da turma de alfabetização de jovens e adultos do bairro Santo Antônio sobre o processo de escolarização. Criciúma: UNESC, 2005.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luiza Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), Volume V, setembro, 2005. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf. Acessado em 18/06/2010.

Ministério da Educação. **Brasil Alfabetizado**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=86. Acesso em 19/06/2010.

Movimento de Educação de Base. Disponível em: <http://www.meb.org.br/#quemsomos>. Acesso em 19/06/2010.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PICAWY, Maria Maira; WANDSCHEER, Maria Sirlei Xavier. **Educação de jovens e adultos**: uma análise pedagógica do texto legal. In: Maria Fani Scheibel e Silvana Lehenbauer (Orgs.). Reflexões sobre a educação de jovens e adultos. Porto Alegre: PALLOTTI, 2006. p. 63-73.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTA CATARINA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 170, de 07 de agosto de 1998.**

Disponível em:

http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1463. Acessado em: 20/10/2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos.** Florianópolis: IOESC, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares.** Florianópolis: COGEN, 1998.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **História:** Disponível em: <http://www.senac.br/institucional/historico.html>. Acessado em 22/06/2010.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **História:** Disponível em: http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx. Acessado em 22/06/2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SORAES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Uma história da alfabetização de adultos no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol III: século XX. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 257-277.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Ester Bitencourt Zanette

Orientadora do TCC: Lucy Cristina Ostetto

Objetivo da pesquisa: Compreender como se constituiu historicamente o PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, percebendo a sua singularidade.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS EGRESSOS

Senhor (a), sua participação nessa pesquisa é essencial para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço sua disponibilidade e contribuição que certamente farão parte dessa produção científica. Para consentimento, que os nomes dos (as) participantes, caso aceitem, serão identificados nominalmente junto as informações obtidas neste instrumento, disponibilizo junto a este um Termo de Consentimento, o qual me dá direito de publicação, garantindo assim o código de ética.

Coloco-me à disposição para devolver os resultados da pesquisa.

1. IDENTIFICAÇÃO:

a) Idade

() até 50 anos

() mais de 50 anos

b) Tempo de permanência na EJA:

() 1 ano

() 2 anos

() 3 anos ou mais

2. RESPONDA, DE ACORDO COM SEUS CONHECIMENTOS

a) Como você soube que iria ter PROEJA na Escola?

- b) Ouve participação da comunidade na implantação do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette? Como aconteceu?

- c) Qual a proposta do PROEJA para a comunidade quando foi instalado na escola?

- d) Como eram as aulas? Quais eram os conteúdos?

- e) Você continuou seus estudos? Porquê?

- f) Para você, qual a importância do PROEJA para a comunidade do Bairro Santo Antônio?

- g) Que importância o PROEJA representa para a sua vida social e profissional?

- h) O que mais lhe marcou nesta etapa escolar?



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Ester Bitencourt Zanette

Orientadora do TCC: Lucy Cristina Ostetto

Objetivo da pesquisa: Compreender como se constituiu historicamente o PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, percebendo a sua singularidade.

QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORA E À DIRETORA

Professor (a), sua participação nessa pesquisa é essencial para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço sua disponibilidade e contribuição que certamente farão parte dessa produção científica. Para consentimento, que os nomes dos (as) participantes, caso aceitem, serão identificados nominalmente junto as informações obtidas neste instrumento, disponibilizo junto a este um Termo de Consentimento, o qual me dá direito de publicação, garantindo assim o código de ética.

Coloco-me à disposição para devolver os resultados da pesquisa.

3. IDENTIFICAÇÃO:

a) Nome: (caso aceite divulgação)

b) Formação

() magistério

() curso superior incompleto. Qual? _____

() curso superior completo. Qual? _____

() pós – graduação. Qual? _____

() mestrado. Área? _____

() outros. Quais? _____

c) Tempo de atuação junto a modalidade de EJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette:

() 1 ano

() 2 anos

4. RESPONDA

i) O que levou o PROEJA a ser implantado na E.M.E.F. Giácomo Zanette?

j) Como foi o envolvimento da comunidade local neste processo de implantação?

k) Qual sua participação na implantação do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette?

l) Qual o objetivo central e alguns dos objetivos complementares do programa no momento de implantação?

m) Qual a proposta pedagógica colocada no primeiro momento do programa?

n) Você entende ser possível a educação de adultos separada dos interesses comunitários locais? Argumente.

o) Qual o método de ensino utilizado no junto aos primeiros grupos de Proeja?



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Ester Bitencourt Zanette

Orientadora do TCC: Lucy Cristina Ostetto

Objetivo da pesquisa: Compreender como se constituiu historicamente o PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, percebendo a sua singularidade.

QUESTIONÁRIO APLICADO AO MORADOR DO BAIRRO

Senhor (a), sua participação nessa pesquisa é essencial para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço sua disponibilidade e contribuição que certamente farão parte dessa produção científica. Para consentimento, que os nomes dos (as) participantes, caso aceitem, serão identificados nominalmente junto as informações obtidas neste instrumento, disponibilizo junto a este um Termo de Consentimento, o qual me dá direito de publicação, garantindo assim o código de ética.

Coloco-me à disposição para devolver os resultados da pesquisa.

5. IDENTIFICAÇÃO:

a) Idade

() até 50 anos

() mais de 50 anos

b) Tempo de permanência na EJA:

() 1 ano

() 2 anos

() 3 anos

() 4 anos ou mais

6. RESPONDA, DE ACORDO COM SEUS CONHECIMENTOS

p) Como você soube do projeto PPAC na Escola?

q) Ouve participação da comunidade neste projeto? Como aconteceu?

r) Qual a proposta do projeto para a Educação de Jovens e Adultos da E.M.E.F. Giácomo Zanette?

s) Como eram as aulas?

t) Você continuou seus estudos? Porquê?

u) Para você, qual foi a importância deste projeto para a comunidade do Bairro Santo Antônio?

v) Que importância o projeto PPAC representou para a sua vida social e profissional?

w) O que mais lhe marcou nesta etapa escolar?

Universidade do Extremos Sul Catarinense - UNESC
Curso de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado (a) senhor (a)

Apresento-me como acadêmica, e venho solicitar a sua colaboração para conclusão de meu TCC, trabalho de pesquisa necessário para conclusão do Curso de Pedagogia.

Venho por meio deste questionário obter maiores informações a respeito da implantação do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, para melhor análise junto às bibliografias e teorias já obtidas referente ao assunto.

Para isso conto com sua participação, e para que possa ser divulgado seu nome no trabalho final segue anexado um termo de consentimento, que me dá o direito de publicar o nome da pessoa participante. Caso não aceite a divulgação do nome, respeitaremos assinando também o termo comprovando meu comprometimento.

() Aceito divulgação de meu nome. _____

() Não aceito divulgação de meu nome.

Conto com sua colaboração.

Desde já, agradeço.

Ester Bitencourt Zanette
Acadêmica do Curso de Pedagogia

Universidade do Extremos Sul Catarinense - UNESC
Curso de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado (a) Professor (a)

Apresento-me como acadêmica, e venho solicitar a sua colaboração para conclusão de meu TCC, trabalho de pesquisa necessário para conclusão do Curso de Pedagogia.

Venho por meio deste questionário obter maiores informações a respeito da implantação do PROEJA na E.M.E.F. Giácomo Zanette, para melhor análise junto às bibliografias e teorias já obtidas referente ao assunto.

Para isso conto com sua participação, e para que possa ser divulgado seu nome no trabalho final peço que assine o termo de consentimento, que me dá o direito de publicar o nome da pessoa participante. Caso não aceite a divulgação do nome, respeitaremos assinando também o termo comprovando meu comprometimento.

() Aceito divulgação de meu nome. _____

() Não aceito divulgação de meu nome.

Conto com sua colaboração.

Desde já, agradeço.

Ester Bitencourt Zanette
Acadêmica do Curso de Pedagogia